

A economia fluminense

Entrevista de Mauro Osorio e artigos de Marcos Pedlowski (Porto do Açu) e Maíra Fainguelernt (financiamento dos grandes eventos) analisam o momento e perspectivas da economia da Cidade e Estado do Rio de Janeiro



Renato Baumann e a crise econômica mundial; Reinaldo Gonçalves e o sistema financeiro; homenagem a Aloísio Teixeira; Fórum e o seminário Lugar de Criança é no Orçamento Público.

Editorial

A economia fluminense

■ Na condição de publicação de dois órgãos representativos da categoria de economistas do Rio de Janeiro, o Corecon-RJ e o Sindecon-RJ, nada mais natural que o JE volte ao debate sobre a economia da nossa cidade e estado.

O bloco temático desta edição começa com uma entrevista com Mauro Osorio, um dos pensadores mais respeitados sobre o desenvolvimento econômico da nossa região. Ele reflete sobre o impacto dos grandes eventos e dos megaprojetos, como o Porto do Açu, as vocações econômicas da nossa região e o projeto das UPPs.

Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Marcos A. Pedlowski assina um artigo equilibrado e informativo sobre o projeto do Complexo Industrial-Portuário do Açu, em São João da Barra, conhecido como Porto do Açu. Se por um lado o investimento de 40 bilhões de dólares e a geração de 235 mil postos de trabalho impressionam, temem-se as consequências demográficas e ambientais de tão grandioso empreendimento.

Maíra B. Fainguelernt, do Instituto Mais Democracia, escreve sobre o financiamento aos grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, enfocando sobretudo o papel do BNDES neste processo. Ela critica a falta de transparência e a política da Prefeitura de empurrar os moradores das comunidades atingidas pelas obras de preparação para regiões sem infraestrutura urbana e empregos.

A parte não temática da edição começa com uma homenagem ao economista Aloísio Teixeira, falecido em 23 de julho, através de um depoimento de Carlos Lessa.

Nesta edição, damos continuidade ao acompanhamento da crise econômica mundial em entrevista com Renato Baumann, ex-Cepal, atualmente no Ipea e UnB. Ele aponta as origens da crise e analisa as perspectivas e a situação das principais regiões e do Brasil.

Em seguida, publicamos artigo de Reinaldo Gonçalves, do IE/UFRJ, no qual ele contesta a tese defendida pelo colega de universidade, em texto veiculado pelo JE na edição de junho, de que há perda de poder dos bancos relativamente aos outros setores dominantes durante o governo Dilma.

Já o artigo do Fórum Popular do Orçamento trata da pesquisa e seminário Lugar de Criança é no Orçamento Público. Este tema é de tal relevância que será também focado no texto do FPO na próxima edição do JE.

SUMÁRIO

- 3 Entrevista: Mauro Osorio
"No Estado do Rio de Janeiro poderíamos priorizar os complexos vinculados a petróleo e gás e a turismo, entretenimento, cultura, esporte e mídia."
- 5 Economia fluminense
Marcos A. Pedlowski
A construção do Complexo Industrial-Portuário do Açu em São João da Barra: oscilando entre o sonho e o pesadelo
- 7 Economia fluminense
Maíra B. Fainguelernt
O BNDES também é responsável pela violação de direitos nas obras para Copa e Olimpíadas
- 8 Homenagem
Aloísio Teixeira, economista, reitor da UFRJ no período de 2003 a 2011
- 9 Entrevista: Renato Baumann
"Qualquer afirmativa categórica a esta altura quanto ao fim da crise é temerária, mas eu arriscaria que hoje as expectativas são provavelmente positivas."
- 12 Sistema financeiro
Reinaldo Gonçalves
Juros e dominação financeira
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Lugar de Criança é no Orçamento Público (1ª parte)

Estudante da UFF foi primeira colocada no Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado
- 16 I Gincana Estadual de Economia acontece em 22 de agosto no Corecon-RJ

Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato El-

man, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos e João Manoel Gonçalves Barbosa

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares e José Jannotti Viegas

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

“No Estado do Rio de Janeiro poderíamos priorizar os complexos vinculados a petróleo e gás e a turismo, entretenimento, cultura, esporte e mídia.”

Professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, Mauro Osorio é considerado um dos principais pensadores do desenvolvimento econômico e social do Estado e da Cidade do Rio de Janeiro. Nesta entrevista, faz uma reflexão sobre o momento atual e as perspectivas da nossa região.

P: Do ponto de vista econômico e social, a Cidade e o Estado do Rio de Janeiro conseguiram realmente reverter o processo de decadência das últimas décadas? Que indicadores econômicos e sociais concretos abalizam uma visão positiva sobre a região?

R: Os indicadores mostram que o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) passou por décadas de decadência e perda de participação na economia nacional. Entre 1985 e 2010, em termos de emprego formal no total de atividades, o ERJ perdeu a segunda posição, no cenário federativo, para Minas Gerais. No que diz respeito ao emprego na indústria de transformação, o ERJ passou da segunda posição em 1985 para a sexta em 2010, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No que tange à arrecadação de ICMS, Minas passou o ERJ no ano de 2004.

Recentemente, o ERJ encostou ou mesmo ultrapassou o crescimento apresentado na média brasileira. No que diz respeito, por exemplo, ao emprego com carteira assinada, entre junho/2011 e maio/2012,

o crescimento no ERJ foi de 5,7%, contra um crescimento no Brasil de 4,3%.

No entanto, no que se refere à questão social, ainda existem fortes pendências, principalmente nos municípios da periferia da metrópole carioca. Por exemplo, em um ranking da educação pública de ensino fundamental para os municípios da periferia das RMRJ, RMSP e RMBH, em 2009, verificamos que todos os piores resultados encontram-se na periferia da RMRJ.

P: Agora que já temos um primeiro evento para avaliar, a Rio+20, que impactos econômicos e sociais você acredita que os megaeventos dos próximos anos trarão para o Rio de Janeiro?

R: O pensador marxista, historiador de arte e ex-prefeito de Roma Giulio Argan costuma apontar que todo país no mundo possui uma cidade que é sua referência internacional, que ele chama de eixo da capitalidade do país. Nos EUA, seria Nova Iorque; na Austrália, Sidney. O Rio de Janeiro até hoje é a principal referência internacional do Brasil. Dessa forma, atrair megaeventos para a região, gerando uma vinda mais intensa de visitantes e uma mídia internacional positiva, me parece algo positivo. Os megaeventos podem ser um instrumento para dinamização de atividades econômicas importantes no Rio, como as vinculadas a turismo, esporte, entretenimento, cultura, cinema e vídeo.

No entanto, é importante haver planejamento e políticas integradas, com a existência, por exemplo, de um calendário de eventos organizado e a busca da



transformação do Rio de Janeiro em principal referência de esporte da América Latina. É claro que é necessário dar maior ordenamento e prioridade a políticas vinculadas à infraestrutura. Como pensar turismo e esporte na RMRJ sem consolidar uma política de saneamento para toda região, e sem uma rede integrada de metrô, que inclusive chegue ao nosso aeroporto internacional, como ocorre nas principais metrópoles mundiais?

P: Os investimentos com a arrecadação dos contribuintes para viabilizar tais eventos vão retornar para a sociedade? O planejamento e a execução estão sendo feitos de maneira a maximizar os benefícios?

R: Hoje, a política urbana nas principais metrópoles mundiais é pensada buscando adensar a moradia e as atividades produtivas em regiões já infraestruturadas, e não para estimular maiores expansões das cidades. Isto devido à atual tendência demográfica. O Censo de 2010 mostrou que, na RMRJ, entre 2000 e 2010, já ocorreu uma queda da popula-

ção jovem, entre zero e 19 anos, de -7,2%.

Por esses motivos, **as Olimpíadas de Barcelona e Londres foram organizadas em regiões centrais já infraestruturadas, mas que apresentavam degradação. No caso do Rio, a proposta do COB foi fazer a Olimpíada em uma área de expansão da cidade. Posteriormente, a Prefeitura do Rio transferiu alguns eventos para a zona central e portuária, como a localização da Vila de Mídia. No entanto, a maior parte dos eventos continua em área de expansão da cidade.**

A definição do local das Olimpíadas tem impactado inclusive as prioridades nas políticas de transporte público no Rio. Os BRTs da Transoeste e Transcarioca e o metrô chegarão à Barra, onde residem apenas em torno de 5% da população carioca. Não seria mais importante priorizar o BRT da Transbrasil? O eixo da Avenida Brasil, que este BRT percorrerá, passa por regiões onde residem em torno de 70% da população da cidade.

P: Como você avalia, de uma forma geral, os megaprojetos, como o complexo portuário de Itaguaí, o Comperj e a CSA? Eles são realmente a melhor forma de adensar a estrutura produtiva fluminense? Os governos municipal e estadual estão corretos ao beneficiar tais projetos com isenções fiscais? O Rio de Janeiro pode se tornar uma potência industrial ou a vocação econômica fluminense está em outros seto-



dade em geral, em nossa região, deveriam trabalhar no sentido de propor e fiscalizar uma estratégia e coordenação de políticas que dê conta de transformar o Açu em um porto nos moldes de Roterdã, ao mesmo tempo em que preserve e melhore a qualidade de vida na região e respeite as tradições e direitos das populações que lá já residem há gerações.

res, como o turismo e a indústria do entretenimento?

R: Os megaprojetos podem se transformar em enclaves ou podem servir como âncoras a um maior adensamento da estrutura produtiva fluminense. Isto dependerá das prioridades e de ser desenvolvido um planejamento e coordenação de políticas setoriais que permitam gerar encadeamentos a partir de cada megaprojeto. Em Itaguaí, por exemplo, deveria ser dada prioridade ao terminal de contêiner. Os terminais de minério são portos de passagem. Já o terminal de contêiner pode servir, junto com o Arco Metropolitano, como uma âncora para atração de indústrias para os municípios da periferia da RMRJ, que até os dias atuais mantêm-se basicamente como cidades-dormitório.

Com relação às isenções fiscais, deve-se procurar realizar um cuidadoso exame da relação custo/benefício. No Médio Paraíba, foram instaladas nos anos 1990 duas plantas da Volkswagen e Peugeot Citroën. Isto, no entanto, não gerou uma escala suficiente para atração de indústrias de autopeças. A chegada da Nissan ampliará essa possibilidade. Nesse caso, por exemplo, deve-se procurar olhar, por um lado, a renúncia fiscal efetuada e, por outro, os

benefícios que poderão advir do ponto de vista da geração de renda, emprego e receita fiscal, pelo encadeamento que poderá ser gerado. É claro que todos os megaprojetos têm que estar subordinados a uma correta política ambiental e de saneamento.

Com relação às potencialidades do Rio, não se deve colocar em contraponto a indústria e atividades voltadas para o setor de serviços, como o entretenimento. Com a terceira revolução industrial e o auge do liberalismo econômico, nos anos 1990, a tendência foi desvalorizar excessivamente a atividade industrial e sobrevalorizar o setor de serviços. Na atual crise europeia, países como Espanha e Irlanda, que aderiram mais fortemente a políticas voltadas para a desregulação financeira, turismo e setor imobiliário sofreram de forma mais intensa. Por outro lado, países como a Noruega, Alemanha e Finlândia, que mantiveram uma maior preocupação com sua estrutura industrial, têm passado de forma mais ilesa pela crise. A Noruega, que baseou sua estratégia no que podemos denominar de complexo petróleo e gás, possui uma taxa de desemprego, no momento, de apenas 2%. Acredito que, no ERJ, poderíamos priorizar, em uma estratégia, os com-

plexos vinculados a petróleo e gás e a turismo, entretenimento, cultura, esporte e mídia.

Existem fortes interações entre o setor industrial e o setor de serviços. A publicidade hoje se encontra basicamente em São Paulo, porque lá está o seu principal cliente, a indústria de bens de consumo durável e não durável. O Parque Tecnológico da UFRJ só está sendo bem-sucedido na atração de centros de pesquisa pela concentração, no Rio, de empresas petrolíferas e pela presença do Cenpes na Ilha do Fundão.

P: Qual é a sua visão sobre o projeto do Porto de Açu? Teremos um complexo industrial-portuário sofisticado ao lado de uma cidade modelo autossustentável, como planejado? Ou a favelização desenfreada antevista por muitos?

R: Essa questão dependerá do cenário político na região para os próximos anos. No entanto gostaria de ressaltar a possibilidade que o projeto do porto-indústria do Açu pode trazer para aquela região, para o ERJ e mesmo para outras regiões, principalmente do Sudeste e Centro-Oeste.

Como apontam especialistas em logística, hoje o Brasil necessita de um porto concentrador, com retroárea disponível para atração de indústrias e calado para possibilitar a atracação dos maiores navios de contêiner que circulam nos principais eixos logísticos internacionais. O Porto de Santos e o Porto do Rio, por exemplo, encontram-se engargalados por suas respectivas áreas urbanas.

Os economistas e a socie-

P: Que impacto a criminalidade generalizada teve no processo de esvaziamento econômico do Grande Rio nas últimas décadas? O arrefecimento dos índices de violência já teve um impacto positivo na economia? De que forma a implantação das UPPs altera a dinâmica econômico-social nas favelas?

R: O ERJ apresenta especificidades que muitas vezes fogem à nossa atenção, tendo em vista a tradição de nos voltarmos hegemonicamente para a reflexão sobre questões nacionais. Na área de segurança pública, o Rio apresentava e ainda apresenta, em várias regiões, uma especificidade inexistente nas demais metrópoles brasileiras e mesmo latino-americanas: uma forte institucionalização do controle territorial por grupos armados, deixando a população, nessas regiões, refém desses grupos.

A política das UPPs está correta, sendo que o desafio é universalizá-la para áreas onde o controle territorial também está instalado. Além disso, os números já existentes parecem apontar que a implantação das UPPs, com o fim da economia do tráfico no nível em que existia, gerou uma queda da renda interna nas comunidades pacificadas. Aliado a isso, o custo de morar em regiões onde foram instaladas UPPs eleva-se, pela valorização imobiliária e pelo fato de que serviços que anteriormente não precisavam ser pagos, passam a ser cobrados. Dessa forma, poderá ocorrer uma “remoção branca”, através do mercado, ampliando a segregação social do ponto de vista territorial, na RMRJ.

A construção do Complexo Industrial-Portuário do Açú em São João da Barra: oscilando entre o sonho e o pesadelo

■ Marcos A. Pedlowski*

O sonho de uns

A construção do Complexo Industrial-Portuário do Açú (CIPA) no 5º Distrito de São João da Barra vem sendo anunciada como sendo o fato que alavancará financeira e socialmente não apenas o município que o hospeda, mas também toda a região Norte Fluminense. Visto na maquete, o CIPA é efetivamente uma iniciativa de grande envergadura, pois o investimento total anunciado gira em torno de 40 bilhões de dólares. Além disso, o número total de empregos diretos e indiretos chegaria a 235 mil postos de trabalho entre 2008 e 2025. O grande mentor do CIPA, o bilionário Eike Batista, insiste em enfatizar a grandiosidade de seu complexo portuário-industrial, notando que o Porto do Açú será menor apenas que o de Roterdã, na Holanda. A promessa é que, em função de seu tamanho e localização, o Porto do Açú deverá ocupar um papel estratégico não apenas na mobilização do minério de ferro que será extraído em diferentes partes do território de Minas Gerais, mas, principalmente, do óleo extraído na Bacia de Campos, mais precisamente na camada pré-sal. Entretanto, o CIPA não se restringirá apenas à construção de um superporto, mas abrangerá também a instalação de um estaleiro, duas siderúrgicas, uma cimenteira e duas

termelétricas, além de um vasto parque logístico que deverá apoiar as atividades petrolíferas emergentes na Bacia de Campos. Para levar todos esses planos industriais adiante, Eike Batista vem procurando parcerias com grandes corporações multinacionais e com o Estado brasileiro.

Os benefícios alardeados também possuem um elemento ideológico, já que o território do 5º Distrito de São João é apresentado como uma área que se encontraria em estado crônico de depressão econômica, com poucas terras aptas à prática da agricultura, e com uma baixa densidade populacional. Além disso, um elemento de ganho extra aventado é que haveria um ganho na área da sustentabilidade ambiental, visto que estão sendo criadas três unidades de conservação na região do entorno do futuro Distrito Industrial de São João da Barra. O Grupo EBX também vem alardeando o estabelecimento de vários programas de cunho ambiental, cuja implementação traria ganhos consideráveis na preservação da vegetação de restinga, que é o principal tipo de cobertura vegetal existente de forma contínua em todo o território que está sendo ocupado pelo CIPA. Para complementar todo este suposto giro para um futuro economicamente mais dinâmico e ambientalmente sustentável, o Grupo EBX vem

divulgando que as famílias cujas propriedades foram desapropriadas pelo governo fluminense para a construção do CIPA estão sendo enviadas para um condomínio rural modelo, a Vila da Terra, onde os sistemas agrícolas adotados deverão estar sintonizados com as mais avançadas práticas agroecológicas.

Para completar esse cenário otimista, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN) vem apresentando o CIPA como um catalisador para a atração de outros agentes econômicos. Esse otimismo todo tem permitido que se façam projeções de crescimento populacional para algo em torno de dois milhões de novos habitantes até 2025, apenas para Campos dos Goytacazes e São João da Barra. E é claro que, com a chegada de toda essa massa humana, haverá um explosivo incremento de consumo de todo tipo de material de construção, eletrodomésticos e alimentos.

Pode ser o pesadelo de outros

Diante de tal perspectiva de dinamização e crescimento da economia regional, chega a ser natural que o CIPA tenha sido assimilado pela população local como algo intrinsecamente benigno. E aqui talvez esteja uma das raízes dos problemas que não têm sido devidamente discutidos. O fato é que,



apesar de o CIPA estar incluído no Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, é o governo do Rio de Janeiro que tem se esmerado para literalmente aplainar o terreno para que Eike Batista possa viabilizar seus projetos. A primeira ação do governo Sérgio Cabral para viabilizar a implantação do CIPA foi formular um decreto de desapropriação no “interesse público” que resultou num caótico processo de remoção de uma população formada por pequenos agricultores e pescadores que viviam e produziam naquela região há várias gerações. Além disso, a atuação do órgão regulador ambiental estadual, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), também acelerou bastante a emissão das necessárias licenças previstas pela legislação ambiental.

Entretanto, celeridade não foi o único elemento problemá-

tico da atuação do INEA no caso do CIPA. Como já havia feito em outros casos de empreendimentos de grande porte, como foi o caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico na Baía da Sepetiba, o INEA adotou também aqui o que eu venho chamado de licenciamento ambiental “Fast Food”. Nesta modalidade bastante atinada aos interesses dos empreendedores, o INEA realizou o licenciamento fracionado das diferentes plantas industriais que comporão o CIPA. Esta prática não apenas acelerou a liberação das licenças, mas tornou impossível estimar os efeitos sinérgicos que decorrerão das alterações realizadas nos ecossistemas naturais e das emissões que ocorrerão em cada uma das plantas industriais autorizadas. Uma consequência disto é que tudo o que se observou em termos de alterações da qualidade do ar em Santa Cruz devido à CSA talvez seja apenas uma prenúncio magro do que acontecerá em São João da Barra.

Entretanto, a degradação ambiental que poderá ocorrer futuramente não é o principal problema cercado a implantação do CIPA. Na verdade, as versões que descrevem o território do 5º Distrito de São João como sendo desocupado e economicamente insignificante não são verdadeiras. Por um lado, apesar de não existir uma alta densidade populacional, efetivamente havia ali um número importante de famílias de pequenos agricultores que trabalhavam e respondiam por uma parcela significativa da produção estadual de várias culturas agrícolas, destacando-se o abacaxi, o quiabo e o maxixe. Aliás, até o início da implantação do CIPA, dados divulgados pelo IBGE mostram que o rendimento por hectare plantado em

São João da Barra era o maior de toda a região Norte Fluminense, justamente pela produção gerada no 5º Distrito.

Mas o desrespeito ao conhecimento autóctone desenvolvido ao longo de vários séculos não foi nem de perto comparável ao que se deu na área das desapropriações feitas pela CODIN. Até o presente momento, a maioria dos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas e repassadas imediatamente ao Grupo EBX ainda não foram devidamente ressarcidos. Além disso, em um número significativo de casos, as famílias foram removidas do interior de suas propriedades por meio do uso de fortes contingentes policiais, muitas vezes sem o necessário mandado de imissão de posse. O que tem se visto como consequência desta ação truculenta do Estado é a desestruturação de famílias inteiras e uma diminuição da produção agrícola. E mesmo as poucas famílias que aceitaram ser removidas para a Vila da Terra se encontram num completo estado de insegurança jurídica, já que as

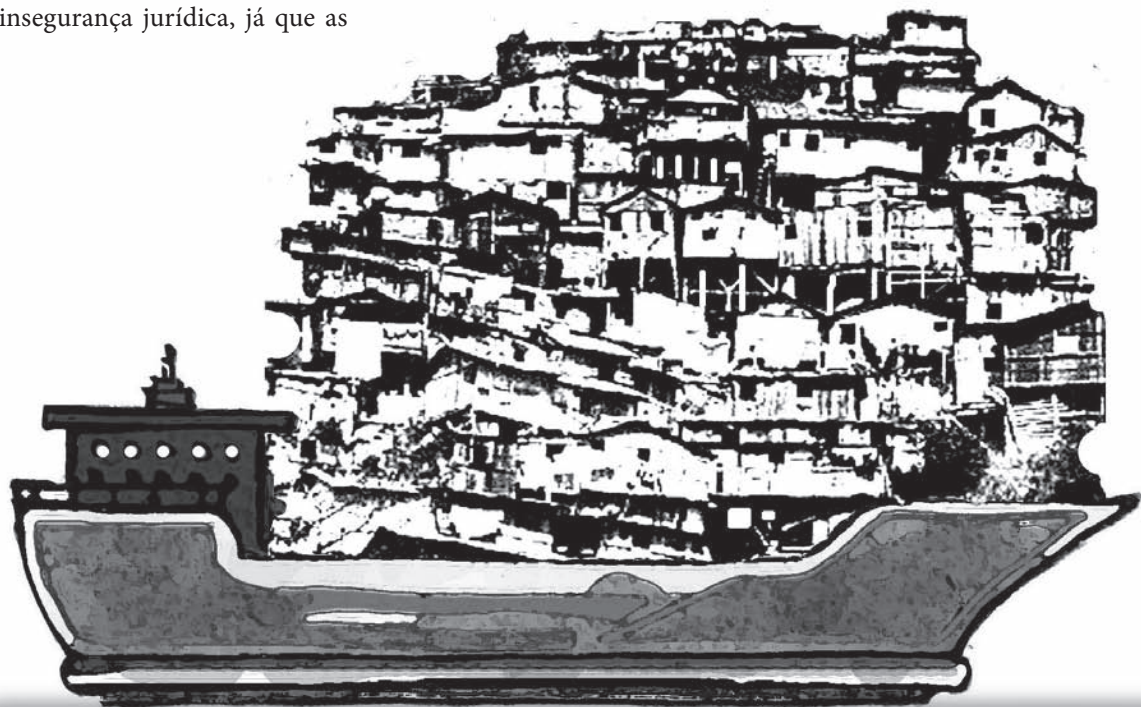
terras que foram utilizadas para a sua construção fazem parte da massa falida de uma antiga usina de açúcar e álcool, o que os impede, por exemplo, de ter acesso ao título da terra.

O contraponto entre os planos e a realidade foi mais evidenciado pela recente debacle das ações das empresas da franquia “X” no mercado de ações: ainda que a principal razão alardeada para o encolhimento do patrimônio do Grupo EBX e de seu proprietário tenha sido um erro grosseiro na produção estimada dos poços de petróleo controlados pela OGX na Bacia de Campos, o mercado já vinha emitindo sinais claros de impaciência com a falta de materialização dos planos mirabolantes de Eike Batista faz algum tempo. O interessante é que, junto com o derretimento do valor das ações, o que temos assistido é a fuga dos parceiros declarados de vários empreendimentos importantes para a consolidação do CIPA. E no rastro desta perda dos parceiros forçosamente virá o enco-

lhimento das metas de geração de emprego e renda que marcaram a fase inicial de instalação do empreendimento.

A pergunta que muitos já fazem é se Eike Batista vai conseguir dar a volta por cima ou não. Mas supondo que consiga, a hipótese mais forte é que nem tudo o que foi planejado se tornará realidade. E aqui talvez resida o principal ensinamento para aqueles que embarcaram de forma acrítica em projetos como o do CIPA, ignorando a realidade existente para mergulhar em projetos repletos de promessas, mas que terminam trazendo mais problemas do que soluções. Afinal, como já diz o velho ditado, “nem tudo o que reluz é ouro”.

* Marcos A. Pedlowski é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense e atua no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem desde 1998. Bacharel e mestre em Geografia pela UFRJ, é PhD em Environmental Design and Planning pela Virginia Tech. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq, vem desenvolvendo pesquisas na interface sociedade e meio ambiente.



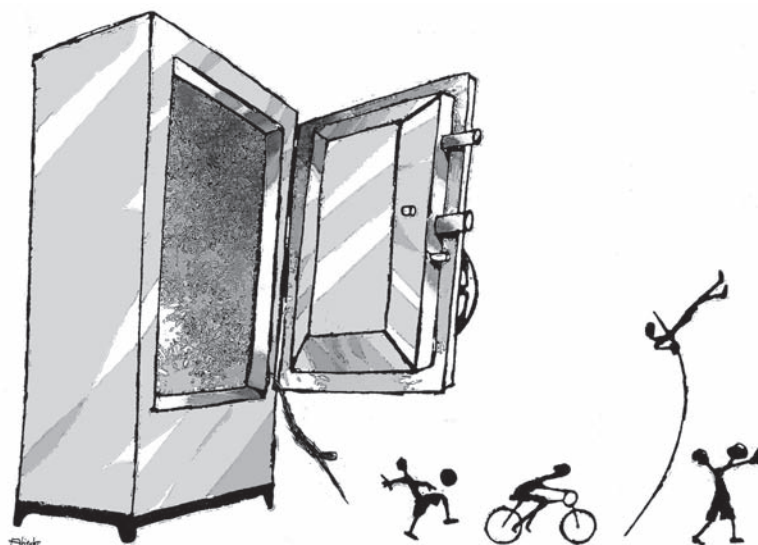
O BNDES também é responsável pela violação de direitos nas obras para Copa e Olimpíadas

■ Maíra B. Fainguelernt*

A importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na economia do Brasil não é novidade. No contexto de preparação para os megaeventos esportivos que acontecerão nos próximos quatro anos no país, o Banco também vem assumindo um papel central com a concessão de inúmeros financiamentos diretos, que contam com programas específicos de empréstimos, como o ProCopa Arenas¹ e o ProCopa Turismo², e, também, com apoios indiretos, através da disponibilização de recursos para privatização dos aeroportos, investimentos em portos etc.

Ao contrário do que havia sido inicialmente divulgado, de que o setor privado seria o maior financiador dos megaeventos no país, o volume de recursos públicos envolvidos é cada vez maior e o governo há muito se tornou o principal financiador da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.

Nesse contexto de uso massivo de recursos públicos, a questão da transparência tem sido extremamente controversa. Os portais de transparência do governo não estão sendo atualizados como deveriam e apresentam dados divergentes a respeito das obras. Cabe ressaltar que há indícios de que o BNDES, em verdade, seja o grande protagonista deste apoio do governo aos megaeventos, devido aos aportes



que faz a obras em vários setores e que se justificam pela necessidade de ampliar a infraestrutura do país para atender à demanda criada pelos megaeventos de 2014 e 2016.

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando um acompanhamento dos gastos da Copa e criou uma Secretaria específica para os financiamentos do BNDES no Brasil – a 9ª Secex. Foi divulgado em seu último relatório³ sobre a Copa do Mundo – de junho de 2012 – o envolvimento do BNDES em onze estádios dos que estão sendo construídos ou reformados no país e uma única obra de mobilidade urbana, a Transcarioca, na cidade do Rio de Janeiro.

Apenas dois empreendimentos⁴ no território fluminense contam com o financiamento do BNDES: o Maracanã com R\$ 400 milhões e a Transcarioca

com R\$ 1,2 bilhão. O contrato de financiamento no valor de R\$ 1,2 bilhão para implantação do sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), que ligará a Barra da Tijuca, na Zona Oeste, ao Aeroporto Internacional do Galeão, foi realizado entre o Banco e a Prefeitura do Rio no início de 2011.

Segundo o prefeito Eduardo Paes, esta é a “BRT mais importante por reestruturar o subúrbio”. No entanto, muitos cidadãos estão, com razão, insatisfeitos com esta obra. A magnitude de impacto da Transcarioca é enorme, o licenciamento ambiental foi feito de maneira simplificada (Relatório Ambiental Simplificado – RAS) pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), muitas comunidades serão atingidas e a maioria das famílias será despejada. Arroio Pavuna, por exemplo, é uma comunidade antiga de trin-

ta famílias que está sendo atingida pela BRT. Em 2006, parte da comunidade já foi removida em função dos jogos Pan-Americanos. As obras, entretanto, sequer foram realizadas e agora com a Copa e as Olimpíadas, o que se torna evidente é a lógica excludente de planejamento urbano, na medida em que as populações de baixa renda são consideradas obstáculos à acumulação de grandes grupos econômicos.

Não se sabe exatamente quantas famílias deverão ser reassentadas neste contexto de obras para os megaeventos. A Secretaria de Habitação continua afirmando que as remoções são feitas de maneira democrática, já que as famílias tem opção: podem escolher o Programa “Minha Casa, Minha Vida”; aluguel social (R\$ 400 por mês); ou ainda transferência para outro imóvel por meio da “aquisição assistida”.

Isto está longe de ser uma gestão democrática e transparente, conforme bem afirma a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia, Raquel Rolnik. A política da Prefeitura tem empurrado os moradores das comunidades atingidas pelas obras dos megaeventos para regiões sem infraestrutura urbana e empregos, o que torna insustentável uma moradia digna na cidade.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro – articulação de vários movi-

mentos populares de resistência às remoções – mostra a necessidade e capacidade de enfrentamento desse modelo excludente de política urbana que vem sendo imposto na cidade. É o caso das remoções forçadas ocasionadas pela construção dos corredores expressos exclusivos para ônibus (*Bus Rapid Transport* – BRT) na cidade do Rio de Janeiro. Aliás, o Comitê desenvolve uma campanha⁵⁶ contra a remoção da Vila Autódromo, comunidade da Zona Oeste ameaçada de ser removida por justificativa das “Trans”.

O endividamento da Prefeitura do Rio de Janeiro num futuro próximo se apresenta co-

mo uma questão relevante, já que além de R\$ 1,2 bilhão de empréstimo do BNDES para a construção da Transcarioca, em agosto de 2010 foi aprovado pelo Senado um empréstimo de R\$ 1,9 bilhão do Banco Mundial (BIRD). Surge uma dúvida: em que medida será que a Prefeitura não prefere aceitar empréstimo do BIRD para se liberar de maiores fiscalizações do Ministério Público Federal (MPF) ou do Tribunal de Contas da União (TCU)? Qual a contribuição dos megaeventos para o endividamento da Prefeitura?

Com a falta de transparência sobre os gastos públicos envolvidos nos megaeventos, fal-

ta-nos informações detalhadas para uma análise aprofundada da questão.

Há uma grande expectativa do povo brasileiro em relação a um possível legado social dos megaeventos no Brasil. A matriz de responsabilidades do Governo vem sendo constantemente atualizada e os investimentos nesses preparativos tornaram-se grande prioridade para o governo.

No entanto, as “supostas melhorias urbanas” vêm sendo acompanhadas por sucessivas violações de direitos e por uma gestão marcada pela falta de democracia e transparência, realizada com a colaboração e o apoio do BNDES.

* Máira B. Fainguelernt é geógrafa e pesquisadora do Instituto Mais Democracia – Transparência e Controle Cidadão Sobre Governos e Empresas.

1 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pro-copaarenas.html

2 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Pro-CopaTurismo/index.html

3 <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014/documentos>

4 Cabe lembrar que a inidônea empresa Delta abandonou recentemente várias obras de estádios e de mobilidade urbana pelo Brasil, como o consórcio do Maracanã e o da Transcarioca no Rio de Janeiro.

5 Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?article-id=1011185>
6 Site da campanha, onde se pode assinar manifesto: <http://www.portalpoplar-dacopa.org.br/vivaavila/>

Homenagem

Aloísio Teixeira, economista, reitor da UFRJ no período de 2003 a 2011

Depoimento de Carlos Lessa:

Eu conheci o Aloísio Teixeira quando ele estava procurando ter um diploma de economista, porque ele teve uma trajetória muito difícil, com a perseguição do sistema sobre ele. Já na época aparecia de forma muito clara que ele tinha uma enorme sensibilidade e inteligência política. Sabia captar desde as pendências gerais até o comportamento dos protagonistas. Sabia interpretar muito bem os sinais políticos. Também tinha enorme interesse acadêmico, predominantemente por teoria e história econômica.

Ele se aproximou muito do grupo na época chamado de ‘economistas do PMDB’, que também eram os economistas da Unicamp. Fazíamos uma crítica impiedosa, e ele fez parte

disso, mesmo como estudante.

A evolução de Aloísio como economista se deu de uma maneira bastante acelerada. Ele fez sua tese com muito rigor e entrou para UFRJ, foi ser professor no nosso Instituto de Economia, onde ele fez uma carreira absolutamente correta e plena. Era muito bom professor, muito empenhado, e desde então muito interessado e preocupado com a universidade como um todo.

E aí vem o episódio de 1998 em que ele tira o primeiro lugar nas eleições para reitor da UFRJ e o ministro Paulo Renato o defenestra, para colocar o terceiro colocado, que era o Vilhena, que na verdade nem dava aula e então virou reitor.

Os estudantes e os professores universitários se mobilizaram e, anos depois, eu ganhei a eleição para reitor. Assumi a reitoria, mas o Lula veio e me convidou pra ser



o presidente do BNDES em 2003. Meu vice-reitor assumiu, mas tinha que convocar eleições. O Aloísio se apresentou, eu naturalmente o apoiei, e ele ganhou o primeiro mandato.

Ele ficou dois períodos como reitor e fez muitas coisas dentro da UFRJ. Conseguiu reforçar muito a estrutura de investigação técnico-científica da universidade, principalmente com o acordo que ele negociou com a Petrobras para ampliar espan-

tosamente o núcleo de pesquisa da empresa no Fundão.

Isso não apenas gera economia de aglomeração, como também tem a vantagem de pagar à universidade o aluguel do terreno, o qual ele transferiu fundamentalmente para reforçar as finanças da área de tecnologia e engenharia. Além disso, eu tenho a impressão que ele conseguiu viver um período em que o governo federal de alguma maneira passou a dar um pouco mais de dinheiro para a universidade e teve contratação de professores.

Ele conseguiu colocar a UFRJ na condição de acessar esses recursos. Não é pouca coisa, isso é difícil. Ele fez algumas coisas que eu sonhava, fez uma quantidade grande de melhoramentos. Foi um reitor muito relevante para a recuperação da UFRJ.

O Aloísio morreu muito jovem. É uma perda.

“Qualquer afirmativa categórica a esta altura quanto ao fim da crise é temerária, mas eu arriscaria que hoje as expectativas são provavelmente positivas.”

Doutor em Economia pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, ex-diretor do escritório da Cepal no Brasil no período de 1995 a 2010, Renato Baumann exerce atualmente a função de economista do Ipea e de professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco. Publicou mais de dez livros e dezenas de artigos em periódicos especializados em Economia.

P: Qual a origem e natureza da atual crise econômico-financeira mundial?

R: Esta crise é uma criação da ‘globalização financeira’ e da falta de regulamentação e controle dos sistemas financeiros. Desde meados da década de 1970, com a abertura da Conta de Capital e Financeira, inicialmente nos países desenvolvidos, e depois em outras economias emergentes, e a derubada das limitações à expansão geográfica dos bancos nos EUA, passou-se a conviver com uma disponibilidade inaudita de recursos. Em paralelo, a imaginação criativa do sistema financeiro deu origem a novos instrumentos e novas instituições não submetidas às normas bancárias, o que só fez multiplicar os valores envolvidos. No momento em que a economia dos EUA reduziu seu ritmo de crescimento, os primeiros sinais de dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos surgiram no setor imobiliário e logo se espalharam para outras partes do setor financeiro. Em pou-

co tempo o mundo se surpreendeu ao descobrir que também bancos em outros países haviam se exposto nessa festa, em proporções pouco ou nada cautelosas. E pior, diversos governos captaram recursos nesse emaranhado. A partir do momento em que isso ficou evidenciado, os mecanismos naturais de desconfiança passaram a se somar às dificuldades de pagamento, e a bola de neve financeira contagiou o lado real, seja pela redução do crédito, seja pelos próprios programas de ajuste.

P: O mundo já passou pelo pior, ou o pior ainda está por vir?

R: Quando se estuda o chamado Padrão-Ouro, que vigorou no final do século 19 e início do século 20, é comum a afirmativa de que ‘é sabido quando esse sistema terminou (no início da Primeira Grande Guerra), mas não se sabe ao certo quando começou (em algum momento na década de 1870)’. Já com relação à atual crise o inverso é verdadeiro: todos temos muito claro quando começou (segundo semestre de 2007), mas ninguém



consegue imaginar quando e muito menos como terminará, tantas são as variáveis econômicas e políticas envolvidas para lidar com a situação criada. Hoje o ‘copo meio vazio’ está associado às atribuições financeiras em alguns países da área do Euro e ao baixo dinamismo das principais economias. O ‘copo meio cheio’ está nas medidas, até aqui pontuais e ainda não é claro se suficientes, também na área do Euro, para lidar com esses problemas, mas também na percepção, por parte de autoridades tanto na Europa quanto em outros países, sobre a urgência em promover a recuperação do ritmo de atividade econômica. Qualquer afirmativa categórica a esta altura quanto ao fim da crise é temerária, mas eu arriscaria que hoje as expectativas são provavelmente positivas.

P: O problema atual se resume à Europa ou outras regiões estão ameaçadas? Os EUA superaram a crise?

R: O mecanismo descrito na

primeira resposta teve um ‘segundo ato’ na área do Euro. Além de se descobrir (para surpresa de muitos) que o sistema bancário de vários países europeus estava exposto à ciranda financeira em magnitude surpreendente, a isso se somou a má notícia – que a partir daí passou a dominar o noticiário – de que alguns governos acumularam dívidas que em vários casos supera em valor o próprio produto nacional dos países. Esses países, por sua vez, adotam a moeda única. Isso significa que seus governos não têm possibilidade de estimular a receita de divisas via desvalorização cambial, assim como perderam a capacidade de adotar política monetária ativa. Isso torna a saída da situação de crise fortemente dependente dos ajustes na política fiscal. No entanto, nunca ficou claro, entre os participantes do Euro, qual a punição para os países que descumprissem o estabelecido originalmente em termos de relação dívida/PIB, o que possibilitou um endividamento sem limites. A menor margem de manobra para políticas macroeconômicas, por sua vez, tem levado alguns desses países a demandar apoio financeiro por parte de terceiros (Comunidade Europeia e FMI, sobretudo). Essa realidade traz consigo baixo dinamismo e custos sociais relacionados com os processos de ajuste das contas públicas e dúvidas com relação à própria disponibili-

dade de recursos para socorros futuros. O que era um problema financeiro passa a ter repercussões sobre o lado real. São particularmente afetadas aquelas economias fortemente dependentes de exportações. Isso gera um efeito dominó, haja vista a redução do crescimento dos EUA, da China e seu efeito sobre a economia brasileira.

P: A desaceleração do crescimento econômico da China está relacionada com a crise mundial? E que consequências a redução do ritmo de crescimento chinês trará para o mundo?

R: **A China é um caso de sucesso, com um modelo de crescimento baseado, sobretudo, em dois pilares – um ritmo febril de investimento na infraestrutura interna e um crescimento notável de suas exportações.** O país usou diversos instrumentos para alcançar o segundo pilar. Isso inclui uma política cambial ativa, a promoção de qualificação de mão de obra e atividades de ciência e tecnologia em ritmo acelerado, a promoção ativa de complementaridades produtivas com países vizinhos e diversas outras medidas. A desaceleração do crescimento nos últimos meses claramente tem a ver com a menor demanda mundial, por um lado, e por outro com uma transição lenta para um novo modelo, em que a ênfase em investimento é alterada para os incentivos ao consumo interno. O fato de a China ser hoje a segunda economia do planeta inevitavelmente faz com que uma redução no seu ritmo de crescimento tenha consequências negativas para diversos países, seja aqueles que

têm se beneficiado nos últimos anos de suas exportações para aquele mercado, seja aqueles que – exportadores de produtos ricos em recursos naturais – foram beneficiados pela pressão altista dos preços internacionais, em grande medida fruto da enorme demanda chinesa.

P: O Brasil já foi contaminado pela crise? Em caso afirmativo, quais as suas principais portas de entrada e canais de transmissão?

R: A economia brasileira foi beneficiada desde meados da década passada por ganhos consideráveis em suas relações de troca. Ainda mais significativas que o excedente comercial gerado, as transações financeiras proporcionaram uma entrada líquida de recursos e a soma de ambas acabou por gerar uma sobreoferta de divisas que afetou a taxa real de câmbio e o desempenho de alguns setores produtivos, como a indústria de transformação. A redução do ritmo de atividade nos EUA, Europa e particularmente na China passaram a constituir motivo de preocupação. Do lado comercial, pela perspectiva de menor desempenho da balança comercial. Isso começa a se delinear pela acomodação do nível de preços das exportações de produtos básicos. Do lado financeiro, pela possibilidade de haver saída líquida de recursos para fazer face a compromissos em terceiros mercados, assim como o temor de uma provável redução na disponibilidade de linhas de crédito externas.

P: O país continua estruturalmente vulnerável a crises externas, como nas décadas de 80 e 90, ou está blindado pela po-

lítica macroeconômica dos últimos governos?

R: A economia brasileira tem se destacado nos últimos anos pela preservação de uma trajetória de redução da relação dívida pública/PIB, redução da relação dívida externa/receita de exportações, preservação de uma relação déficit nominal/PIB baixa em comparação com outras economias, aumento expressivo do consumo interno, com incorporação de um contingente expressivo de novos indivíduos ao mercado de consumo, e por apresentar elementos variados de estímulo à atração de investimentos diretos. O ritmo insatisfatório de formação bruta de capital fixo, a ausência de ações relevantes em elementos importantes como a melhora da infraestrutura e da qualidade da formação de recursos humanos, a reforma fiscal e a reforma política, demandas antigas da sociedade, assim como as mudanças na pauta exportadora, com baixo dinamismo dos produtos manufaturados, não têm constituído empecilho para a atração de investimentos externos e para uma percepção em geral favorável com relação às perspectivas da economia. É certamente uma situação bem distinta das experimentadas em décadas passadas. **Num cenário de baixo dinamismo generalizado das economias mais abastadas, essas condições certamente dão à economia brasileira um papel de destaque, a ponto de haver manifestação de parte de alguns países interessados em adquirir títulos da dívida soberana brasileira. No entanto, até que ponto essa blindagem será**

suficiente para lidar com um alongamento ou aprofundamento de uma situação externa adversa é algo difícil de dizer.

P: A crise em curso gerou mais consciência sobre os riscos sistêmicos do capitalismo? Algo mudou no capitalismo?

R: A década de 1990 foi pontilhada por crises. Começou com a crise da libra, seguiu com a crise do México, com efeitos sobre outros países da América Latina, continuou com as crises da Ásia, a da Rússia e a crise do Real. A partir da crise asiática, pela primeira vez tivemos uma crise que não ficou circunscrita a uma região, mas se espalhou por diversos continentes: o que começou na Tailândia acabou afetando diversas economias latino-americanas. Isso alertou os analistas para os mecanismos de propagação dos impactos negativos. Na segunda metade daquela década houve intensos debates sobre a necessidade de se reformar o que então se convencionou chamar de Arquitetura Financeira Internacional. E o que foi feito? Basicamente novas regras no Acordo de Basileia, para práticas bancárias. Que são bem-vindas, mas em essência não mudaram de modo significativo a estrutura do sistema, e o debate sobre reformas perdeu fôlego. Agora a crise é diferente, porque tem início no mundo desenvolvido. E o que enfatiza o noticiário? Os custos sociais e políticos dos programas de ajuste de alguns países europeus e o risco de uma extinção do Euro. O foco saiu da vulnerabilidade sistêmica. **O capitalismo é o mesmo de sempre, só que mais financeirizado.**

E não se vê grande empenho em mudar as regras básicas do jogo.

P: Desde o estouro da crise em 2007, houve algum esforço concreto, por parte das principais potências, para discutir ou implantar uma regulação mais restrita às instituições financeiras com atuação global? Em caso afirmativo, quais foram?

R: Quando a crise de 1997 surpreendeu a todos, por sua magnitude e pelo fato até então inédito de comprometer economias em diversas regiões, os debates foram intensos sobre a necessidade de se pensar numa nova arquitetura financeira internacional. A partir do momento em que a situação se reaproximou da normalidade esse debate foi gradualmente perdendo fôlego. Enquanto havia preocupação com o tema, algumas dimensões que eram repetidas com frequência, e que diziam respeito, por exemplo, ao caráter pró-cíclico das normas de atuação bancária, à falta de responsabilidade dos bancos nas situações de crise geradas pela concessão excessiva de crédito e ao papel desproporcional das agências de risco e seu efeito sobre as economias nacionais. Hoje, ainda sem que tenhamos nos livrado de uma crise cuja origem é predominantemente de desequilíbrio financeiro, há que reconhecer que algumas iniciativas foram adotadas, e na direção desejável, embora não isentas de críticas. Entre elas estão as condições dos novos Acordos de Basileia (2.5 e 3), a busca de um arcabouço de regulação das instituições financeiras com importância sistêmica, os esforços para disciplinar o mercado de derivativos, as tentativas de

controle das operações em paraísos fiscais, e o chamado 'shadow banking', entre outras. No entanto, aqueles pontos que eram considerados grandes distorções sistêmicas em 97, como mencionado, continuam em aberto.

P: Os custos da crise estão recaíndo sobretudo sobre os países/segmentos da população mais pobres. Este tipo de ajuste fortalece ou enfraquece os movimentos sociais, em longo prazo, nos países centrais?

R: Alguns dos indicadores do impacto social dessa crise são o aumento do nível de desemprego, sobretudo entre os mais jovens, o aumento do número de indivíduos sem casa, em vista dos desajustes nos mercados de hipotecas, a adoção de políticas de ajuste draconianas em alguns países, com impacto sobre o ritmo de atividade econômica, assim como sobre os gastos sociais que poderiam contribuir para aliviar a situação dos mais afetados, o aumento do grau de informalidade nos mercados de trabalho, entre outros. A situação de crise tem, portanto, tido fortes impactos sobre segmentos mais fracos da população em diversos países. Isso é parti-

cularmente notável nos EUA e – ainda mais – em diversos países europeus. O impacto sobre os movimentos sociais não é claro. Certamente houve mudança de governo em diversos países europeus, mas não é clara a direção do movimento: em alguns países os movimentos conservadores ganharam espaço político, enquanto em outros a guinada foi para a esquerda. A eleição presidencial nos EUA tampouco está definida, no momento em que respondo à questão. Uma dimensão parece, no entanto, fi-

car crescentemente mais nítida: em particular na Europa, mas também em alguns estados nos EUA tem crescido a resistência em relação às facilidades para imigrantes. Em épocas de baixa geração de postos de trabalho os imigrantes passam a ser considerados crescentemente indesejáveis. Isto é certamente algo bastante ameaçador, em particular para uma região, como a América Latina, onde diversas economias dependem muito fortemente dos recursos enviados pelos migrantes.

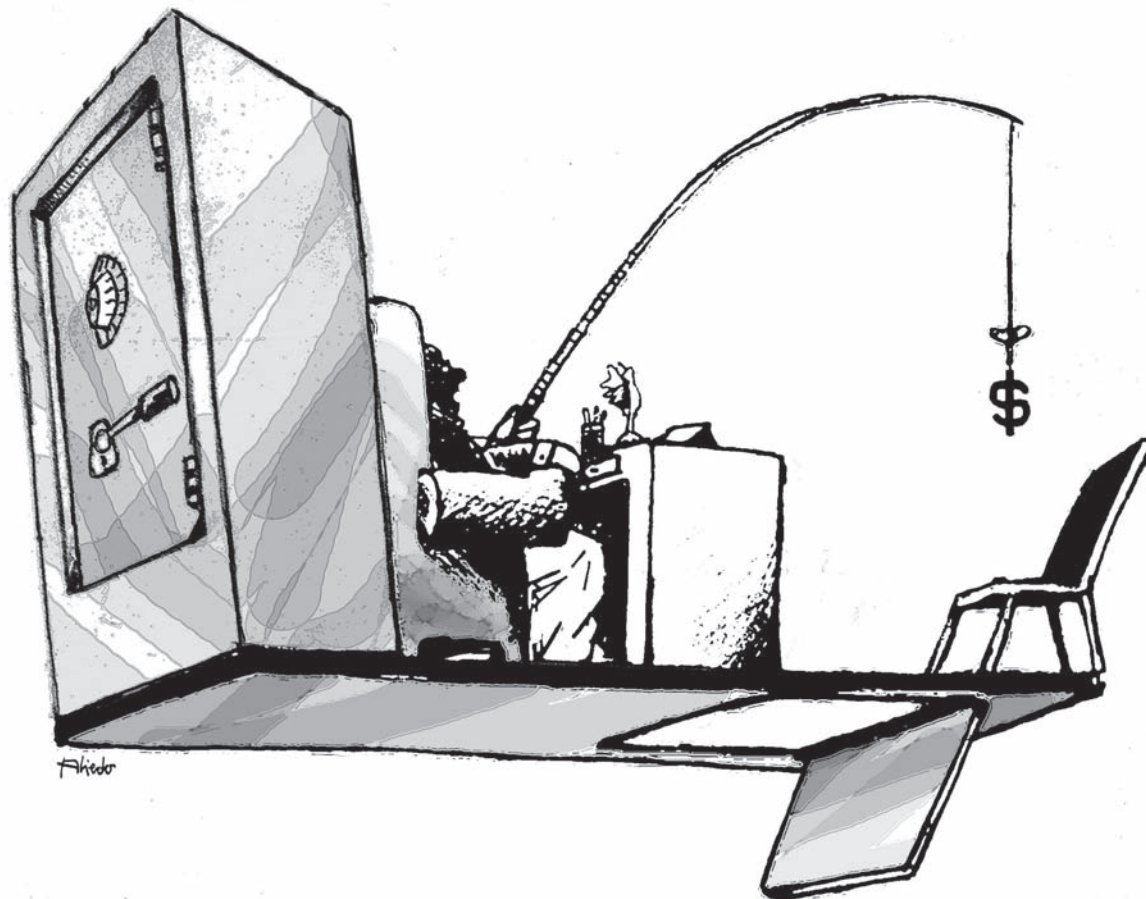


Juros e dominação financeira

■ Reinaldo Gonçalves*

Na edição de junho de 2012 do Jornal dos Economistas, Eduardo Costa Pinto, em artigo intitulado “A influência do sistema financeiro sobre o Estado brasileiro está mudando?”, argumenta que no governo Dilma há perda de poder dos bancos relativamente aos outros setores dominantes (setor primário-exportador e parte do setor industrial). A tese que defendo é diametralmente oposta.

Não houve qualquer mudança na correlação de forças que aponte na direção da ruptura da hegemonia dos bancos. No governo Dilma não houve mudanças significativas na correlação de forças. Na realidade, a redução dos juros expressa o desespero do governo frente a um conjunto de fatores que se agravaram no passado recente: (i) o fraco desempenho da economia brasileira (a taxa de crescimento do PIB foi 2,7% em 2011 e deve ficar perto de 2,0% em 2012); (ii) o desempenho e as perspectivas da economia mundial são desfavoráveis, inclusive a tendência dos preços das commodities, o que é grave para o Brasil, país que tem elevada vulnerabilidade externa estrutural; (iii) a piora das contas externas; (iv) a elevação da inadimplência, que resulta da política irresponsável e criminosa do governo Lula de estimular o povo brasileiro a se endividar extraordinariamente a uma das maiores taxas de juro real do planeta; (v) a baixa taxa de investimento e a ineficiência sistêmica da economia brasileira, que são fatores inibidores do crescimento de longo prazo; e (vi) os atuais grupos dirigentes estão preocupados com a perpetuação no poder, que está



cada vez mais comprometida tendo em vista os fenômenos acima.

A redução dos juros é parte da estratégia de perpetuação no poder dos atuais grupos dirigentes, tendo em vista a deterioração da situação econômica e os riscos crescentes. A queda dos juros não representa ruptura com o “tridente satânico”: superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante. A redução da Selic somente apara as pontas do tridente que estão rombudas e ameaçam: (i) causar ainda maior desaceleração da economia; (ii) gerar séria crise financeira via inadimplência; e (iii) reduzir as próprias chances de perpetuação no poder dos atuais grupos dirigentes. Nada mudou: o governo trabalha na direção de atender os interesses dos setores dominantes (com destaque para os bancos), garantir a governabi-

lidade e manter os atuais grupos dirigentes no poder.

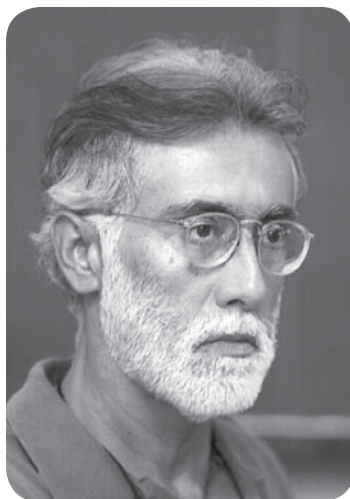
Os acertos feitos com os bancos persistem. Na realidade, a política do governo de baixar os juros está sendo feita a contragosto. Para os banqueiros tanto faz este ou outros grupos dirigentes, desde que seja mantida a sua taxa de rentabilidade elevada. Como disse Olavo Setúbal, o finado ex-presidente do Itaú, é tudo (tucanos e lulistas) a mesma coisa. O governo baixa os juros, mas terá que fazer concessões aos banqueiros. Lula já deve ter instruído Dilma a manejar com os banqueiros, pois, afinal de contas, eles são grandes financiadores de campanha eleitoral. No caso de Lula, por exemplo, os bancos financiaram pelo menos 10% do valor declarado ao TSE nas campanhas presidenciais em 2002 e 2006. E

somente a campanha eleitoral do candidato do PT à prefeitura de São Paulo tem custo estimado de R\$ 90 milhões. Depois das bravatas da Dilma, algum despachante deve ter ido acertar o “listão de compras” com a turma dos (grandes) bancos e dizer para eles não se preocuparem com os arroubos de linguagem da presidenta.

Os banqueiros devem ter sido convencidos que Dilma é uma espécie de José Alencar de saias. Para quem não se lembra, José Alencar é o finado ex-vice-presidente de Lula, que no início do governo esbravejava contra os juros altos e que depois foi “afinando a voz”. No listão, de um lado, os banqueiros se comprometem a reduzir marginal ou simbolicamente os juros das operações de crédito, expandir moderadamente o crédito e manter os esquemas

de financiamento de campanhas, assim como as “lubrificações” que enriquecem os grupos dirigentes (palestras e consultorias pagas a preço de ouro, etc.). De outro, o governo se contém nas bravatas, diminui a pressão e não combate os mecanismos de abuso do poder econômico dos bancos de tal forma que eles mantêm as taxas de lucro absurdamente elevadas. No listão acertado com os grandes bancos ainda podem entrar alguns dos 23 itens da “lista” da Febraban. Vale notar que poucas semanas depois da bravata presidencial houve eliminação de IOF sobre empréstimos externos e redução do depósito compulsório. Algumas “concessões” feitas pelos bancos (não pagamento de tarifa sobre o primeiro cartão de crédito, etc.) tendem a ser eliminadas. E em junho houve aumento dos juros sobre operações de crédito (*O Globo*, 13/7/2012).

Ademais, a política de redução de juros pode não se sustentar. O governo terá problemas para reduzir o juro (ou mantê-lo reduzido) se: crescer a pressão inflacionária; piorar a conta corrente do balanço de pagamentos; deteriorar a conjuntura internacional; e aumentar a inadimplência.



Se isto ocorrer, a desestabilização macroeconômica se agravará. O trabalhador será o primeiro a perder. Portanto, cabe evitar ilusão quanto à iniciativa do governo. A baixa consistência da política macroeconômica foi uma marca do governo Lula e persiste ainda hoje. E é estúpido e criminoso estimular o crescimento extraordinário do crédito em um país que se caracteriza: (i) uma das maiores taxas de juro real do mundo; (ii) grandes necessidades da população; (iii) baixo nível de renda; (iv) baixo nível de educação; (v) nível já elevado de endividamento; e (vi) abuso de poder econômico por parte dos bancos.

O impacto da queda de juros sobre a inadimplência é nulo no caso dos empréstimos contratados a taxas fixas no passado. Naturalmente, há duas possibilidades em relação aos novos empréstimos ou à renegociação das dívidas. A primeira é a redução da inadimplência devido à queda da taxa de juros. A segunda é o aumento da inadimplência com o aumento de empréstimos para tomadores de maior risco. O governo pode estar dando estímulo adicional para a ampliação de mercados *subprime* (devedores duvidosos, de alto risco), com a redução dos juros e o aumento da oferta de crédito, em uma sociedade marcada pela demanda reprimida, baixo nível de renda e de educação. A queda da taxa de juros com o aumento ainda maior do crédito no Brasil pode causar a infelicidade de milhões de pessoas, como ocorreu recentemente nos EUA e na Europa.

Não resta dúvida que, da mesma forma que as políticas assistencialistas, a redução dos juros é funcional para: (i) perpetuar no poder os atuais grupos dirigentes; e (ii) promover os esquemas de dominação e acumulação dos setores dominantes. Estas medidas não exigem e nem passam por reformas estruturais que abalariam as estruturas do Modelo Liberal Periférico (MLP). Muito pelo contrário, estas medidas aumentam a legitimidade dos grupos dirigentes no sentido de consolidar e aprofundar o MLP. Estas medidas reforçam a “hegemonia às avessas”, definida por Francisco Oliveira em 2007. Nesta situação, os representantes dos trabalhadores governam com o objetivo de evitar e mascarar os conflitos de classes, promover os interesses do capital, em particular dos grupos dominantes (empreiteiras, exportadores de produtos primários e bancos) e se perpetuar no poder e obter as suas benesses.

Durante o governo Lula, a taxa média de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) dos 50 maiores bancos foi sempre superior à ROE das 500 maiores empresas, como mostra o *Quadro Dominação Financeira*. Nos oito anos de mandato de Lula, a ROE média dos grandes bancos foi 17,5% e a ROE média das grandes empresas foi 11,0%; ou seja, a razão média entre a ROE dos grandes bancos e a ROE das grandes empresas foi 1,60. No primeiro ano do governo Dilma, esta razão aumentou para 2,0 (16,3%/8,2%). Vale notar que o fenômeno da dominação financeira também é expresso pela razão entre os ativos totais dos 50 maiores bancos e das 500 maiores empresas. Esta razão aumentou de forma praticamente contínua ao longo do governo Lula, de 1,05 em 2003 para 1,74 em 2010. Esta tendência foi mantida no primeiro ano do governo Dilma (1,78 em 2011).

Em síntese, o setor financeiro continua como um dos setores dominantes, juntamente com as empreiteiras e os grandes grupos do setor primário-exportador. Os donos do poder continuam sendo o tripé “bancos, empreiteiras e exportadores de produtos primários”. Estes setores têm enorme poder econômico – que cresce extraordinariamente –, são grandes financiadores de campanha e fontes inesgotáveis de recursos para geração de riqueza dos grupos dirigentes. Ademais, o sistema penal brasileiro, que é absolutamente antidemocrático, não os atinge. O sistema bancário, em particular, continua como o eixo central do poder econômico e do poder político, e se constitui na “galinha dos ovos de ouro” dos grupos dirigentes e o inimigo público número 1 do país.

* Reinaldo Gonçalves é professor da UFRJ - reinaldogoncalves1@gmail.com

Dominação financeira (Indicadores: 2003-11)

	Rentabilidade do patrimônio (%)		Ativos totais
	Bancos	Empresas	50 maiores bancos / 500 maiores empresas (%)
2003	16,1	12,4	1,05
2004	12,8	11,3	0,97
2005	20,9	11,8	1,09
2006	19,1	11,7	1,17
2007	22,1	12,0	1,35
2008	14,8	8,1	1,45
2009	16,9	9,7	1,75
2010	17,6	10,7	1,74
2011	16,3	8,2	1,78

Fontes: Elaboração do autor. Dados da Revista *Exame Melhores e Maiores*, 2011, p. 241 e 2012, p. 59. BACEN. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/Top50.asp>.

Lugar de Criança é no Orçamento Público (1ª parte)

O presente tema surgiu da parceria entre o Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social/UERJ que decidiram unir forças e saberes com o intuito de aprofundar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas cariocas voltadas para as crianças e os adolescentes.

Tal iniciativa é fruto da compreensão e defesa do conceito de Seguridade Social, consignado na Constituição Federal e formado pelas áreas de saúde, assistência e previdência, como um sistema nacional de proteção social a todos. Porém, esse entendimento está em disputa na sociedade. Grande parte das ações governamentais distorce o seu conceito ao conferir à família a responsabilidade pelo combate à pobreza, por meio de transferência de renda com condicionalidades e no incentivo ao empreendedorismo. Fortalecendo assim uma lógica contrária à proteção social, pois centraliza nos indivíduos a sua própria proteção e não no Estado. Portanto, é uma luta pela concretização de direitos e não apenas pelo acesso. E esta passa, necessariamente, pela efetivação das políticas públicas, logo pelo monitoramento do orçamento e conhecimento

da destinação desses recursos.

Para tanto, buscou-se o diálogo com os agentes sociais mais diretamente envolvidos, ou seja, os conselheiros de direito e tutelares. Assim, os doze Conselhos Tutelares, as associações de conselheiros e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foram convidados a apontar a mais importante política pública em cada área do Orçamento Criança e Adolescente (OCA). O resultado desta pesquisa, feita através de questionários enviados com as ações condizentes, foi:

- Assistência Social: enfrentamento ao uso do crack e outras substâncias – 50% dos votos;
- Educação: vagas em educação infantil e Escolas do Amanhã – empate com 27% dos votos cada;
- Saúde: vagas em leitos hospitalares – 22% dos votos.

Em seguida, foram levantados os dados orçamentários pertinentes desde 2007, inclusive as metas físicas, para debater com os atores sociais pertinentes no seminário título desta matéria, ocorrido em 20 de julho, a fim de analisar e elaborar propostas para o aumento da efetividade das políticas selecionadas. O objetivo central é a entrega das propostas, em forma de compromisso, aos candidatos na eleição de 2012. Todos os dados financeiros foram atualizados para abril de 2012.

Em razão do tamanho de es-

paço, a presente edição apresenta a análise das políticas relacionadas à Educação. Na próxima edição serão apresentadas as políticas escolhidas de Assistência Social e Saúde, além da carta-compromisso decorrente.

EDUCAÇÃO

1) Vagas na Educação Infantil

A educação infantil engloba crianças de seis meses a três anos (em creches) e de quatro a cinco anos (em pré-escolas). Foi constatado que existe uma demanda reprimida nessa fase da educação; a Tabela 1 a dimensiona pela população e pelo número de matrículas:

Identificou-se que 19% da população de quatro a cinco anos de idade e 74% da população de seis meses a três anos não são atendidas pela Educação Infantil. Tal carência confirma a demanda por vagas apurada pela pesquisa aplicada junto aos conselheiros.

Em termos orçamentários, a ação correspondente teve o seguinte desempenho no período abordado.

Nota-se que nos anos de 2007 a 2009 houve uma estagnação tanto do previsto (Dotação Inicial) quanto do valor gasto (Liquidado), mas a partir de 2010 ocorrem aumentos significativos, em parte devido à construção e a ampliação dos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), que abrigam tanto creches quanto pré-escolas. Para 2012 estão previstas a reforma e a ampliação de vagas em 17 EDIs e de 21 EDIs em 2013.

Fundeb na educação infantil

Cabe salientar que, através dos dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (Fundeb), observou-se que, em média, 20% da educação infantil é financiada pelos recursos deste fundo com uma irregularidade em seu uso, pois em 2009, por exemplo, foi zero.

Acredita-se que essa inconsistência, associada ao desvirtuamento da contabilidade dos recursos destinado ao ensino público, que provoca uma diminuição em seu volume¹, tem reflexo na valorização do profissional da educação e, por conseguinte, na qualidade do ensino. Ressalta-se que a verificação da ampliação do número de vagas a partir de 2010, que, de certa forma, atende a carência sinalizada pelos conselheiros, é insuficiente. Enfim, o aumento dos recursos destinados à educação infantil é urgente e necessário.

2) Escolas do Amanhã

Este programa foi criado em 2009 e propõe o ensino regular mais o uso de oficinas oferecidas no outro turno das aulas para alunos que a escola prioriza ou quando há interesse por parte dos pais. Essas oficinas abrangem reforço escolar, artes, esportes e laboratórios de informática e ciências. Atualmente, são atendidos 105 mil alunos do 1º e 2º segmentos em 152 unidades.

Os dois principais objetivos das Escolas do Amanhã são: reduzir a taxa de evasão escolar e melhorar o desempenho de alunos em áreas ditas conflagradas, ou seja, aquelas áreas que mais sofrem com a violência comparativamente a outras regiões da cidade.

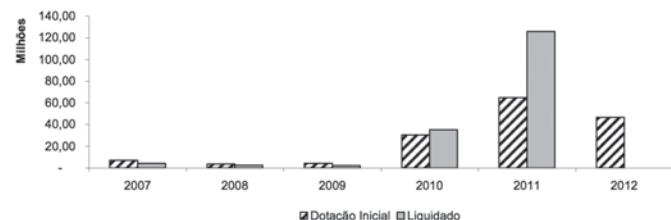
Desta forma, foram utilizados dois indicadores na presente análise: o IDEB² e a taxa de evasão escolar.

Tabela 1

2010	Total de crianças	Matrículas Rede particular	Matrículas Rede pública	Crianças não matriculadas
CRECHE	291.098	42.003	33.454	215.641
PRÉ-ESCOLA	149.665	54.288	66.352	29.025

Fonte: IBGE/2010 e INEP (em 9 de julho de 2012)

Gráfico 1



Fonte: Prestação de contas e Parecer do Tribunal de Contas do Município 2007 a 2012

Mapa 1

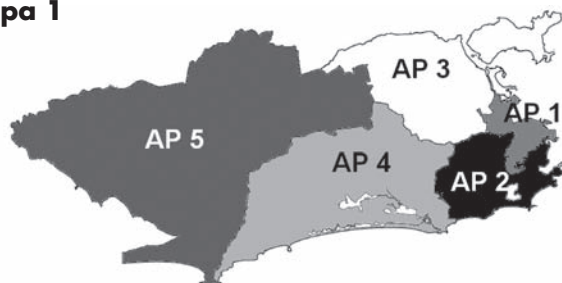
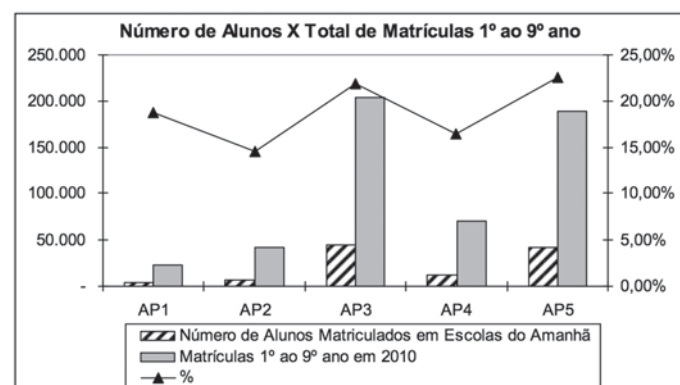


Gráfico 2



Fonte: Armazém de dados da Prefeitura em 10/07/2012.

IDEB

A avaliação é feita em turmas de 5º e 9º anos; dentre as de 5º ano, todas as escolas escolhidas apresentaram notas acima de 4,0 em 2009, que foram melhores se comparadas ao índice em 2007. Diferentemente, as turmas de 9º ano apresentaram uma piora de 2007 para 2009, apresentan-

do nota abaixo de 3,5, destacando-se como piores médias aquelas localizadas nas 4ª e 8ª Coordenadorias Regionais de Educação – CREs (áreas de planejamento 3 e 5 respectivamente), que envolvem áreas como Morro do Alemão/Cruzeiro, Maré, Vigário Geral e Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Vintém.

EVASÃO ESCOLAR

A taxa de evasão nas Escolas do Amanhã (segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Educação) foi reduzida de 5,1% (em 2008) para 3,2% (em 2011). Enquanto isso, nas outras escolas municipais a taxa é bem inferior e passou de 2,6% para 2,3% nesse mesmo período.

LOCALIZAÇÃO

É interessante observar que nas regiões dos conselhos tutelares votantes dessa política pública estão majoritariamente localizadas as Escolas do Amanhã – as Áreas de Planejamento 2, 3 e 5 – vide Mapa 1.

Isso denota a reconhecida importância desse programa nessas áreas e a sua busca por mais oferta.

O gráfico 2 faz uma comparação entre o número de alunos atendidos em cada AP versus o número total de matriculados do 1º ao 9º ano.

Proporcionalmente, os alunos mais atendidos, se comparado ao total de matrículas na esfera municipal, se encontram na AP 5 (22,6%) e os menos atendidos se encontram na AP 2 (14,6%), mesmo esta sendo a terceira área com o maior número de escolas do amanhã.

No que diz respeito à execução orçamentária, em 2010 estavam previstos R\$ 59 milhões e foram realizados R\$ 65 milhões. No ano de 2011, a previsão foi de R\$ 57 milhões e apenas foram executados R\$ 24 milhões. Para 2012, a previsão é de R\$ 59 milhões e até o dia 24 de julho foram executados R\$ 26,5 mi-

lhões (Portal Rio Transparente).

Portanto, os dados demonstram que mesmo localidades que já, proporcionalmente, possuem uma maior cobertura ainda apresentam deficiências. E os dados orçamentários não apontam para uma evolução suficiente para atender a grande requisição pela implantação de um programa positivo.

As propostas do Seminário

construção de novos prédios públicos para a ampliação do número de vagas, de forma a contemplar crianças e adolescentes em toda a cidade, e ainda o aumento de investimentos no ProJovem;

- criação de equipe multiprofissional dentro de cada escola municipal, creche e EDI;

- disponibilização de recursos para uso de ônibus escolares, possibilitando assim atividades extracurriculares;

- transformação da ação das Escolas do Amanhã em políticas públicas de educação integral e de cunho universal, logo, sem redução no seu orçamento;

- integração da educação fundamental com o ensino superior, com o aproveitamento de estagiários e estudantes da área de educação dentro das escolas, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

1 Os desvios da verba educacional já foram objeto de análise em várias edições, sendo a última delas de abril/2012.

2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): reúne num só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento RJ através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram: **Pelo CEDECA-RJ:** Prof. Pedro Pereira, Advogado; Profª. Vera Cristina de Souza, Advogada; Est. Helena Piombini, Serviço Social / UFRJ; Est. Thiago Barbosa. Economia / UFRJ. **Pelo GOPSS/ UERJ:** Prof. Rodrigo Lima (UFF), doutorando em Serviço Social pela FSS/ UERJ; Est. Nathalia Carlos, Serviço Social / UFF.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Maria Eduarda Lopes, Est. Pâmela Matos, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araujo. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Estudante da UFF foi primeira colocada no Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

■ O Corecon-RJ anunciou os vencedores do XXII Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado – 2012:

- 1º lugar

Lívia de Carvalho Freire - aluna da UFF
Monografia: *“Pobreza multidimensional: uma aplicação às unidades federativas brasileiras”*

Professor orientador: Fábio Domingues Waltenberg

- 2º lugar

Camila Siqueira de Souza - aluna da UFF
Monografia: *“Investimento direto brasileiro no exterior: a experiência recente em perspectiva comparada com China e Índia”*

Professor orientador: André Luiz Gomes Nassif

- 3º lugar

Daniel Monnerat Gorodicht - aluno da UFF

Monografia: *“Mecanismos de incentivo para fontes renováveis de energia elétrica e o caso da energia eólica no Brasil”*

Professor orientador: Luciano Dias Losekann

4º lugar (menção honrosa)

Érico Rial Pinto da Rocha - aluno do IE/UFRJ

Monografia: *“Análise do gasto público em gestão ambiental no período 2003-2010: interfaces entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico”*

Professor orientador: Carlos Eduardo F. Young

O Conselho anunciará no site o dia e local da cerimônia de premiação, que acontecerá em agosto.

O Jornal dos Economistas publicará resumos das três monografias vencedoras e do trabalho laureado com a menção honrosa.



I Gincana Estadual de Economia acontece em 22 de agosto no Corecon-RJ

O Corecon-RJ convida instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro a inscrever uma dupla de estudantes de graduação em Ciências Econômicas para participar, em 22 de agosto, na sede do Conselho, da I Gincana Estadual de Economia.

Os estudantes vão participar de uma competição que consiste em um jogo com questões sobre política econômica, macroeconomia e conhecimentos de Economia em geral. Cada instituição de ensino pode inscrever apenas uma dupla.

A dupla vencedora do concurso representará o Estado do Rio de Janeiro na grande final da Gincana Nacional de Economia, que será realizada no período de 12 a 14 de setembro em Belo Horizonte, Minas Gerais. A competição tem como objetivo estimular o ensino de Economia. As instituições de ensino poderão inscrever gratuitamente a dupla de estudantes mediante o preenchimento do formulário que está no site do Corecon-RJ (www.economistas.org.br), onde se encontra também o regulamento do concurso. O formulário deve ser enviado até as 18h do dia 17 de agosto para o e-mail guilherme@corecon-rj.org.br.

A I Gincana Estadual de Economia acontece às 14h do dia 22 de agosto na sede do Conselho. Não haverá espaço para torcida ou visitantes, e apenas as duplas inscritas devem comparecer.

A dupla vencedora da etapa estadual receberá um prêmio de R\$2 mil (R\$1 mil para cada estudante), enquanto a segunda colocada fará jus a um prêmio de R\$1 mil (R\$500 por participante).

Todos os documentos e orientações necessários para a preparação das equipes, assim como as instruções de uso do software relacionado à competição, estarão disponíveis para download no site da Gincana Nacional (<http://www.cofecon.org.br/gincana/>).

O Corecon-RJ providenciará transporte, alimentação e hospedagem em hotel próximo ao local da Gincana Nacional de Economia, em Belo Horizonte, para a dupla vencedora da gincana estadual.

Agenda de cursos

AGOSTO

Curso gratuito: Matemática financeira

Professor André Gaglianone

De 1 de agosto a 10 de setembro - todas as 2ª e 4ª feiras
Das 13h30 às 15h30

Matemática discreta

Professor André Gaglianone

4, 11 e 18 de agosto - aos sábados
Das 13h às 17h

Financiamento à inovação no Brasil

Professora Dulce Corrêa

De 1 a 29 de agosto - todas as 4ª feiras
Das 18h45 às 21h45

Mercado de previdência complementar

Professor André Luiz

De 2 de agosto a 20 de setembro - todas as 5ª feiras
Das 18h45 às 21h45

Redes neurais artificiais aplicadas à Economia

Professor Marco Antonio

De 7 de agosto a 29 de setembro - todas as 3ª feiras
Das 18h45 às 21h45 horas

Para entender a conjuntura econômica

Professora Carmem Feijó

De 14 a 29 de agosto
Das 18h45 às 21h45

SETEMBRO

Perícia

Professor Roque Lincks

De 5 de setembro a 23 de novembro - todas as 4ª e 6ª feiras
Das 18h45 às 21h45 horas

OUTUBRO

Regulamentação prudencial, evolução dos mercados e sistemas financeiros

Professor Delio José

De 1 de outubro a 19 de novembro - todas as 2ª feiras
Das 18h45 às 21h45

Teorias dos jogos

Professor Ronaldo Fiani

De 2 de outubro a 1 de novembro - todas as 3ª e 5ª feiras
Das 18h45 às 21h45

História do pensamento macroeconômico

Professora Ana Cristina Reif

De 1 de outubro a 19 de novembro - todas as 3ª feiras
Das 18h45 às 21h45

Abordagem macroeconômica a partir da análise de insumo-produto: teoria e aplicações para o caso brasileiro

Professor Thiago Moraes

De 24 de outubro a 1 de dezembro - todas as 4ª e 5ª feiras
Das 18h45 às 21h45